

**PT negocia PEC que abre espaço no Orçamento**

Saída negociada. O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin e lideranças do PT se reuniram ao longo do dia de ontem para arremessar apoio à proposta que assegura benefício de R\$ 600 em 2023

**DIÁLOGO COM CONGRESSO****PARA GARANTIR APOIO À PEC**

Antes de apresentar texto, governo eleito negocia bancada a bancada

MANOEL VENTURA,  
FERNANDA TRISOTTO,  
JUSSARA SOARES E BRUNO GÓES  
[manuel@globo.com.br](mailto:manuel@globo.com.br)  
BRASÍLIA

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) adiou a apresentação da proposta de emenda à Constituição (PEC) que abre espaço no Orçamento de 2023, a "PEC da Transição", para negociar detalhes do texto. O dia ontem foi de conversas em Brasília, comandadas pelo vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB). Ele e lideranças do PT se reuniram com políticos bancada a bancada em busca

de apoio à medida.

Lula preferiu levar a proposta aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) hoje, antes de torná-la pública. Negociar a proposta antes da apresentação diverge do que se fazia no governo Jair Bolsonaro, que preferia apresentar um texto e só depois negociá-lo.

O presidente eleito deve bater o martelo hoje, mas a tendência é manter uma PEC abrindo espaço de R\$ 175 bilhões no Orçamento de 2023 fora do teto de gastos, a regra que trava as despesas federais.

O novo governo busca resolver o buraco bilionário na proposta orçamentária do ano que vem, que pode impor um apagão a uma série de gastos já no início de janeiro. Um dos principais problemas é a ausência de recursos para bancar o benefício de R\$ 600 do Auxílio Brasil — que voltará a se chamar Bolsa Família.

A PEC permite ainda reajustar o salário mínimo acima da inflação, além de ampliar despesas como investimentos.

—A PEC será para o auxílio (Bolsa Família), investimentos e recomposição do Orçamento nas áreas de saúde e

**R\$ 175**

**bilhões de espaço no Orçamento de 2023**

É o custo estimado da PEC para cumprir algumas das principais promessas de campanha de Lula

educação — disse o relator do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI). — Acredito que a PEC será aprovada por unanimidade no Senado e na Câmara.

Após reunião na Comissão do Orçamento ontem à noite, Alckmin evitou entrar em

detalhes sobre a PEC:

—O foco todo é a questão social. Não interromper o pagamento de R\$ 600 que a população precisa, a população mais sofrida, e os R\$ 150 para a criança de até 6 anos. A pobreza está mais concentrada nas famílias com criança pequena.

O vice-presidente eleito disse que outra prioridade é não interromper serviços públicos, como a distribuição de remédios, e não suspender obras. Para facilitar negociações, a PEC seria relatada por Castro. A concentração dos dois relatórios poderia simplificar o trabalho de sintoni-

zar os ajustes em cada uma das propostas.

Alckmin chegou a anunciar a PEC semana passada, mas depois a transição passou a analisar opções. Entre elas, a edição de medida provisória (MP) após a posse ou remanejamento de recursos (que permitiria pagar o Bolsa Família até meados do ano, mas não liberaria outros gastos).

**MELHOR SOLUÇÃO JURÍDICA**

Ontem, surgiu outra ideia: usar uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que obrigou o governo a implementar, a partir deste ano, o pagamento do programa de renda básica de cidadania aos brasileiros em situação de extrema pobreza e pobreza.

Essa decisão poderia ser usada como justificativa para uma MP (instrumento que só pode ser usado para despesas "imprevisíveis e urgentes", segundo a Constituição). Para interlocutores da Corte, porém, o entendimento adotado em 2021 veda qualquer furo no teto de gastos e preconiza limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Auxiliares do STF ouvidos pelo GLOBO entendem que o governo não cumpriu a determinação imposta pela Corte, de criar um programa de renda básica. Ainda assim, lembram que o tribunal não fixou valor para esse benefício. Para que o Supremo se manifestasse no âmbito do que já foi decidido sobre renda básica, seria necessário que o PT ingressasse com petição autônoma pleiteando uma interpretação. A solução STF não libera outros gastos, apenas Bolsa Família.

Diante disso, parlamentares defendem que a PEC é a melhor solução jurídica. A avaliação é que será aprovada com facilidade, desde que tenha texto "razoável".

Até ontem, o texto em estudo retirava permanentemente do teto de gastos as despesas com o programa social. O Bolsa Família de R\$ 600 mais um adicional de R\$ 150 para famílias com crianças de até 6 anos custaria R\$ 175 bilhões em 2023. Esse seria o custo da PEC. Já há no Orçamento enviado pelo governo Jair Bolsonaro R\$ 105 bilhões para o programa social. Como o programa seria pago todo fora do teto, "sobrariam" R\$ 105 bilhões para as demais despesas. (Colaboraram Paula Ferreira, Alice Cravo e Jennifer Gularte)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 15